



Esta obra está sob o direito
de Licença Creative
CommonAtribuição 4.0
Internacional.

O PAPEL DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR O PAPEL DA FAMÍLIA NO APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

*Carina Carvalho Paixão*¹

*Sineide Santos Cruz*²

*Gislene Muniz dos Santos Batista*³

*Jonas dos Santos Lima*⁴

RESUMO

Este trabalho analisou o papel da família no apoio à inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2015 e 2025, encontrados em bases como SciELO, Google Acadêmico e CAPES. Foram considerados estudos que discutiam diretamente a participação da família na vida escolar dos filhos com deficiência. Os resultados mostraram que a família tem um papel essencial não apenas no acompanhamento pedagógico, mas também no apoio emocional e social dos estudantes. A presença ativa dos pais contribui para melhorar a aprendizagem, fortalecer a autoestima, favorecer a autonomia e diminuir casos de fracasso escolar. Entretanto, também foram identificados desafios, como a falta de tempo, de orientação adequada e de recursos financeiros, além de dificuldades na comunicação entre escola e família. Conclui-se que a inclusão escolar só acontece de maneira eficaz quando há uma parceria real entre família e escola. Nesse sentido, políticas públicas, formação de professores e o engajamento das famílias tornam-se fundamentais para garantir uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: inclusão escolar. educação inclusiva. apoio familiar. necessidades educacionais especiais. parceria escola-família. desenvolvimento escolar.

¹ Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho - FRM E-mail: carinacarvalho107@gmail.com

² Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho - FRM E-mail: sineide.pbu.81@gmail.com

³ Professor da Faculdade Raimundo Marinho - FRM E-mail: prof.gislene.batista@frm.edu.br

⁴ Jonas dos Santos Lima . Prof Dr. Faculdade Raimundo Marinho de Penedo –AL. E-mail: prof.jonas@frm.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A participação da família na vida escolar de pessoas com necessidades especiais é essencial para garantir um ambiente acolhedor, que valorize as diferenças e promova o respeito aos direitos de todos. Segundo Pereira (2021), conviver com a diversidade é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça esse compromisso ao assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover sua inclusão em diversas áreas, principalmente na educação. O artigo 27 desta lei garante que todas as pessoas com deficiência têm direito a estudar em escolas inclusivas, com igualdade de condições (Brasil, 2015).

Ao longo da história, a educação de pessoas com deficiência passou por algumas transformações. Inicialmente, muitas delas eram excluídas do convívio social e educacional. Com o tempo, percebeu-se que essas pessoas também possuem capacidade de aprender, o que levou a mudanças nas políticas educacionais. A Declaração de Salamanca (1994) reforçou a importância da inclusão no ensino regular, destacando que todas as escolas devem acolher todos os alunos, independentemente de suas condições (RBEB, 2017).

Nesse contexto, a presença e o envolvimento da família tornam-se fundamentais. Maturana e Cia (2015)

afirmam que, quando os pais participam da vida escolar da criança, acompanham seu desenvolvimento e mantêm diálogo com a escola, isso contribui para um melhor desempenho e adaptação. No entanto, é comum que a família seja vista apenas como coadjuvante nesse processo, quando, na verdade, ela tem um papel ativo e necessário para o sucesso da inclusão.

A pergunta que norteia esta pesquisa é: como a família pode contribuir para o desenvolvimento escolar e o bem-estar de pessoas com necessidades especiais? Assim, foi realizado um estudo através de uma revisão de literatura, pois este estudo justifica-se pela importância de compreender como o apoio familiar pode fortalecer a inclusão escolar. Conforme Gomes (2010), a inclusão de alunos com necessidades especiais ainda ocorre de forma lenta e limitada, o que exige maior atenção e preparo tanto por parte da escola quanto das famílias. Dados do IBGE (2019) mostram que, no Brasil, cerca de 70% das pessoas com deficiência em idade escolar não completaram o ensino fundamental. Ferreira (2021) acrescenta que indivíduos com deficiência intelectual enfrentam ainda mais dificuldades, tendo as menores taxas de escolarização e as maiores de evasão.

Dessa forma, o propósito deste estudo é analisar o papel da família no apoio ao desenvolvimento escolar de pessoas com necessidades especiais. Buscando também: identificar os principais obstáculos

enfrentados pelas famílias nesse processo; compreender a percepção dos professores sobre o envolvimento familiar; analisar estratégias que favorecem a colaboração entre escola e família; e propor sugestões que contribuam para melhorar a participação dos familiares na educação inclusiva.

2 A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida pelo Ministério da Educação, reconhece a diversidade das necessidades educacionais especiais, abrangendo diferentes tipos de deficiência, como auditiva, física, intelectual, múltipla e visual. Além disso, contempla transtornos do desenvolvimento, incluindo os transtornos globais do desenvolvimento, como o autismo, e transtornos funcionais específicos, como dislexia, discalculia e dislalia. A política também abrange estudantes com altas habilidades ou superdotação, que apresentam potencial elevado em áreas como intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes (Brasil, 2008).

Segundo Bigarella e Bassi (2023), a Constituição Federal de 1988 garante que a educação é um direito de todos os brasileiros, inclusive das pessoas com deficiência. No caso delas, esse direito não é apenas ter vaga

na escola, mas também receber apoio e recursos que atendam suas necessidades específicas. A Constituição refletiu as mudanças da sociedade da época e trouxe avanços importantes, ajudando a criar políticas nacionais que favoreceram a inclusão educacional e reforçaram a ideia de que a educação é essencial para o exercício da cidadania.

O Art. 2º da LDB também deixa claro que a educação é um direito social fundamental e, ao mesmo tempo, um dever compartilhado entre a família e o Estado. Esse princípio tem base na própria Constituição Federal (Art. 205), que orienta que a educação deve possibilitar o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o não apenas para o mundo do trabalho, mas também para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1996).

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 6 a 13.146/2015), a educação é responsabilidade tanto da família quanto do Estado. Isso quer dizer que os pais precisam acompanhar e apoiar a formação dos filhos, mas o governo também deve oferecer escolas de qualidade. O objetivo da educação não é só ensinar conteúdos, mas ajudar a pessoa a se desenvolver por completo, aprender a viver em sociedade, respeitar os outros e também se preparar para o mercado de trabalho.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) diz que todas as escolas

devem aceitar esses alunos e oferecer o que for preciso para que eles aprendam, como materiais, recursos e apoio. Também fala que os professores precisam ter formação e treinamento contínuo para saber lidar melhor com as diferentes necessidades. Além disso, lembra que a escola deve ser acessível e flexível, para que todos consigam participar das atividades.

De acordo com Santos e Santos (2024), no estudo da Educação Inclusiva, percebe-se que os termos “inclusão” e “integração” são frequentemente confundidos, causando mal-entendidos. A integração escolar ocorre quando o aluno com deficiência é colocado em escolas regulares, mas sem que o ambiente ou as atividades sejam adaptados, exigindo que o estudante se ajuste à escola. Já a inclusão escolar busca adaptar a escola e o ensino para atender às necessidades de todos os alunos, respeitando suas diferenças e promovendo a participação de todos. O foco da inclusão é ajustar a escola ao estudante, garantindo oportunidades iguais para todos.

Assim sendo, Silva (2024), relata um tópico importante em seu estudo quando afirma que a família tem um papel essencial na educação de crianças e jovens com necessidades especiais, oferecendo apoio emocional, social e acadêmico. Diferente do ensino convencional, na educação especial, os pais precisam estar mais envolvidos, ajudando a fortalecer a autoestima e a confiança dos filhos. Além disso, a família

facilita a comunicação entre a escola e o aluno, garantindo que ele receba o suporte necessário. Em casa, os pais também podem criar um ambiente de aprendizado acolhedor e estimulante.

A inclusão é a capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças, aprendendo a conviver com elas e a família tem um papel essencial nesse processo, pois conhece as dificuldades diárias do aluno e pode apoiar sua aprendizagem. Ao entender como a escola trabalha a inclusão e acompanhar as atividades escolares, os responsáveis ajudam diretamente no desenvolvimento do aluno. Além de participar em eventos escolares, os pais devem manter contato frequente com professores e educadores para acompanhar o progresso da criança. O professor, por sua vez, é uma ponte entre a escola e a família, criando um ambiente de confiança e acolhimento. Quando há esse apoio, o desenvolvimento do aluno se torna mais completo e eficaz (Oliveira, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que os profissionais da educação são responsáveis pelo aprendizado dos alunos, mas essa responsabilidade deve ser compartilhada com os pais e a família. Isso significa que a família tem um papel essencial na vida escolar dos filhos, acompanhando sua frequência e desempenho para ajudar no progresso educacional (Souza e Benício, 2021).

Sendo direito e dever dos pais:

É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

(...)

Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I – Maus-tratos envolvendo seus alunos;

II– Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência”. (LDB, 1996. art. 54-55-56).

A LDB (nº 9.394/96) ainda define a educação especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, destinada a educandos com necessidades especiais. O artigo 58 estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Além disso, o artigo 59 determina que o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino (Brasil, 1996).

Santos e Cooper (2024) em seu estudo enfatiza que a ausência de uma conexão entre família e escola ainda é um grande obstáculo, sendo necessárias mudanças nas instituições

de ensino para incluir de forma mais eficiente a participação das famílias no processo educacional. Para enfrentar os desafios atuais da educação, como a violência nas escolas e a carência de apoio da comunidade, é fundamental adotar políticas educacionais que fortaleçam a cooperação entre família e escola.

Ao adotar estratégias como comunicação aberta, envolvimento dos pais, parcerias com organizações comunitárias e atividades conjuntas, é possível construir um ambiente educacional mais inclusivo e enriquecedor. Essas ações colaborativas não apenas beneficiam os estudantes, mas também fortalecem os laços sociais e promovem uma educação que acolhe a diversidade e atende às necessidades de todos os alunos (Foueduc, 2024).

Assim sendo, como defendido por Peres e Falabelo (2025), a família tem um papel muito importante na vida escolar da criança ou jovem com deficiência. Muitas vezes, é ela quem pede os recursos e adaptações que o aluno precisa para aprender bem, como materiais diferentes, apoio de profissionais ou uso de tecnologias que facilitem os estudos. Também é a família que acompanha de perto se a escola está oferecendo tudo o que é necessário e se está tratando o estudante de forma justa. Além disso, os pais e responsáveis ajudam a garantir que a criança ou jovem participe das atividades junto com os colegas e não sofra nenhum tipo de discriminação ou exclusão.

Desafios enfrentados pelas famílias na inclusão social

Um estudo realizado por Lino *et al.*, (2020) descreve os desafios enfrentados pelos cuidadores familiares de crianças com necessidades especiais de cuidados múltiplos, complexos e contínuos em domicílio. O artigo destaca as dificuldades diárias dessas famílias, incluindo a falta de apoio institucional, o desgaste físico e emocional dos cuidadores e a escassez de recursos adequados para o atendimento das necessidades específicas das crianças. Esses fatores contribuem para o isolamento social e dificultam a participação ativa das famílias no processo de inclusão escolar.

Conforme Silva (2024), os desafios na relação entre escola e família na educação especial acontecem, principalmente, por causa da falta de comunicação, pouco tempo disponível e expectativas diferentes. Quando a comunicação não é clara, os pais podem se sentir afastados da escola. Além disso, professores e pais têm rotinas corridas, o que dificulta a participação na vida escolar dos alunos. As diferenças de opinião sobre o aprendizado também podem gerar conflitos. O preconceito e a falta de preparo sobre educação inclusiva tornam essa parceria ainda mais difícil. Por isso, é essencial ter um diálogo aberto e oferecer apoio para que os alunos tenham um ensino de qualidade.

Outro ponto defendido por Alves *et al.*, (2021), relata que a baixa participação da

família na escola ocorre porque ela raramente é incluída nas decisões importantes e, muitas vezes, só é chamada para reuniões longas ou reclamações sobre os filhos. Isso enfraquece a relação entre escola e pais, levando ao desinteresse dos alunos, especialmente os com necessidades especiais, que podem até desistir dos estudos por falta de apoio. Além disso, muitos educadores ainda vêm o fracasso escolar como culpa do aluno e de sua família, sem considerar fatores externos que podem afetar o desempenho.

Assim sendo, é necessária a conexão entre escola, família e comunidade para consolidar um ambiente de ensino mais receptivo. Ações coletivas, tais como exposições, conferências e projetos comunitários, promovem a integração e auxiliam na criação de soluções para problemas educacionais. Ademais, entender as demandas das famílias possibilita um serviço mais individualizado, valorizando as características únicas de cada estudante. Para que essa colaboração seja efetiva, é crucial investir na formação de docentes e familiares, assegurando que todos estejam aptos a gerir a diversidade no ambiente escolar (Foureduc, 2024).

3 A INCLUSÃO ESCOLAR E O PAPEL DA ESCOLA

Conforme Baldissera (2022) a escola tem papel essencial para que todos os alunos sejam incluídos, mesmo aqueles com necessidades especiais. Ela precisa preparar

professores para identificar e atender essas diferenças, usando métodos adaptados e acolhedores. O ambiente escolar deve ser acessível: rampas, banheiros adaptados e recursos pedagógicos que permitam participação de todos. Também é importante que as atividades sejam planejadas considerando as capacidades diferentes de cada aluno. Se a escola não adaptar práticas, muitos estudantes ficam isolados ou sem apoio. Um bom planejamento escolar favorece o respeito à diversidade dentro da sala de aula.

Pinzetta *et al.* (2024) defende que a gestão escolar precisa atuar de forma democrática, com participação de professores, famílias e comunidade para promover inclusão. A liderança da escola deve garantir que o projeto político pedagógico inclua metas claras de inclusão, com recursos adequados. Também cabe ao gestor prever formação continuada para docentes, para que aprendam práticas inclusivas. A comunicação com os pais é vital, para que entendam como apoiar seus filhos. Num ambiente participativo, todos se sentem responsáveis pela inclusão. Assim, a escola torna-se um local seguro e acolhedor.

Outro ponto relatado por Baldissera (2022) é adaptar currículo e avaliações para que diferentes alunos aprendam de forma justa. A inclusão exige flexibilidade nos conteúdos, nos ritmos e nos modos de ensinar. Professores podem usar adaptações curriculares, recursos de apoio pedagógico

ou tecnologias assistivas para auxiliar alunos com deficiência. Avaliações também precisam ser adaptadas ou alternativas para medir o que o aluno realmente aprendeu e não apenas seguir um modelo único. Quando isso acontece, o processo educativo respeita as diferenças e estimula o crescimento individual.

A escola também deve promover cultura de respeito e valorização da diversidade. Não basta adaptar fisicamente ou curricularmente: é preciso que o convívio entre alunos com e sem deficiência seja normalizado, sem preconceito. Atividades como rodas de conversa, reflexões e sensibilizações ajudam no desenvolvimento de empatia. Professores devem mediar conflitos e garantir que bullying ou exclusão não ocorram. Com isso, os alunos aprendem a respeitar o outro e a reconhecer diferenças como algo positivo (Marquet, Silva e Baptista, 2022).

Assim sendo, como defende Santos, Silva e Souza (2021), para que a inclusão seja real, escola, professores, família e políticas públicas precisam estar alinhados. A legislação brasileira oferece bases para isso, mas seu cumprimento depende de vontade política e prática escolar. Quando todos os elos trabalham juntos, escola com estrutura, professores bem formados, currículo adaptado e família envolvida, a inclusão deixa de ser só uma ideia e vira realidade.

4 PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA UMA INCLUSÃO EFICAZ

O estudo de Aragão (2023) ressalta que a falta de comunicação clara e as diferentes expectativas entre pais e educadores podem dificultar a participação efetiva da família na vida escolar dos alunos com necessidades especiais. É fundamental estabelecer canais de diálogo abertos e frequentes para superar essas barreiras e fortalecer a colaboração. Assim, a colaboração entre professor, família e escola é essencial para a Educação Inclusiva. Juntos, eles conseguem entender melhor os alunos e encontrar formas de ensinar que atendam a cada um. Isso cria um ambiente mais acolhedor e garante que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e participar.

Segundo Souza e Benício (2021) o apoio emocional da família é essencial para que o aluno com deficiência se sinta seguro e valorizado. Quando os pais demonstram carinho e incentivo, isso fortalece a autoestima da criança e melhora seu desempenho escolar. O vínculo entre a criança e seus cuidadores ajuda no enfrentamento das dificuldades e dá confiança para que ela participe das atividades escolares sem medo.

Assim, a participação dos pais no dia a dia da escola é muito importante. Estar presente em reuniões, acompanhar tarefas e

conversar com professores faz com que a escola compreenda melhor as necessidades do aluno. Ademais, o envolvimento em decisões pedagógicas, como a construção de um PEI (Plano Educacional Individualizado), garante que a criança receba apoio adequado. Essa presença mostra para o aluno que a família valoriza sua educação (Talau *et al.*, 2021).

Barbosa e Carvalho (2019) enfatizam que a participação ativa da família permite que a escola adapte estratégias de ensino mais eficazes, enquanto os pais aprendem a apoiar o desenvolvimento de seus filhos. Essa cooperação também aumenta a motivação do aluno, que percebe que todos estão envolvidos no seu aprendizado. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como uma ferramenta importante, adaptando o ensino às necessidades de alunos que necessitam de apoio especial. O PEI envolve a participação ativa da escola, da família e, em alguns casos, de especialistas, garantindo que cada aluno tenha uma educação justa, levando em conta suas dificuldades e habilidades.

Dessa forma, o PEI funciona como um guia personalizado, que orienta o trabalho da escola e da família. Ele ajuda a definir metas claras e estratégias de ensino individualizadas, garantindo que cada aluno receba o suporte necessário. Além disso, permite acompanhar o progresso, identificar dificuldades e ajustar o plano quando necessário, fortalecendo a parceria entre

escola e família.

Conforme estudos de Talau *et al.* (2021), a colaboração com a equipe pedagógica acontece quando a família e a escola trocam informações sobre as limitações, rotinas e potencialidades do aluno. Essa troca ajuda os professores a adaptar melhor as atividades e criar um ambiente de inclusão. Quando há diálogo aberto e respeito mútuo, os profissionais entendem melhor as necessidades da criança, e a família se sente mais confiante para participar do processo educativo.

Sendo assim, como também defendido por Silva (2016), é essencial que a família trabalhe junto com a escola, garantindo a educação necessária para seus filhos, pois a educação e o desenvolvimento dos alunos não podem ser pensados separadamente dessas duas instituições. A Declaração de Salamanca (1994) reforça a importância do envolvimento familiar no aprendizado, incentivando a participação ativa dos pais tanto em casa quanto na escola. Assim, quando os pais estão engajados, eles conhecem melhor o ritmo de aprendizado e as dificuldades do filho. Isso possibilita que colaborem com os professores, reforcem conteúdos em casa e incentivem comportamentos positivos, criando um ciclo de aprendizado mais eficiente e seguro.

Da mesma forma, a resolução CNE/CEB nº 02/2001 reconhece o papel da família na Educação Especial. Apesar disso, a relação entre escola e família nem sempre é

equilibrada, sendo necessário uma capacitação para os dois lados, visto que a inclusão eficaz só acontece quando há uma colaboração real entre escola e família, com uma relação harmoniosa e de parceria. Muitas vezes, professores não estão preparados para lidar com pais que possuem pouca experiência ou conhecimento pedagógico, e algumas famílias não sabem como apoiar efetivamente seus filhos. Investir em capacitação para ambos os lados ajuda a criar uma relação mais equilibrada, baseada no respeito, compreensão e colaboração.

Essa parceria permite que a escola compreenda melhor as necessidades dos alunos e adapte suas práticas pedagógicas de forma mais eficaz. Além disso, a família pode fornecer informações valiosas sobre o aluno, colaborando na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. No entanto, desafios como a falta de comunicação eficaz, preconceito e resistência à mudança ainda dificultam essa colaboração. É fundamental que escolas e famílias trabalhem juntas para superar esses obstáculos, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver (Oliveira, 2025).

Bezerra, Gomes e Amaral (2018) relatam que apesar da importância do papel da família, existem muitos desafios. Algumas famílias enfrentam barreiras socioeconômicas, como falta de recursos para transporte e materiais. Outras não

recebem informações suficientes sobre os direitos da criança, o que dificulta sua participação. Além disso, o preconceito e o estigma social ainda estão presentes, fazendo com que algumas famílias se sintam desmotivadas ou excluídas do processo escolar.

Portanto, superar obstáculos requer compromisso de ambos os lados. Quando escola e família se unem, é possível identificar barreiras, como preconceito ou resistência à mudança, e criar estratégias para contorná-las. Assim, todos os alunos recebem atenção adequada e têm maiores chances de se desenvolver academicamente e socialmente, de forma que possam ser incluídos e não excluídos, pois todos merecem o mesmo direito.

5 METODOLOGIA

A pesquisa foi de caráter qualitativo e descritivo, baseada em uma revisão de artigos científicos publicados entre 2015 e 2025. Esse recorte foi escolhido para contemplar estudos mais atuais, relacionados às práticas e políticas recentes de educação inclusiva no Brasil. As bases de dados utilizadas foram SciELO, Google Acadêmico e o portal CAPES, por reunirem produções científicas confiáveis e de fácil acesso. Foram priorizados artigos que tratavam diretamente sobre o papel da família na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, destacando como os

familiares podiam apoiar a aprendizagem e a socialização.

Os critérios de inclusão envolveram artigos publicados em revistas científicas reconhecidas, escritos em português e que abordavam de forma clara a participação da família no processo de inclusão escolar. Já os critérios de exclusão compreenderam trabalhos repetidos, anais de eventos, capítulos de livros e estudos que não tratavam especificamente do tema.

As palavras-chave utilizadas na busca foram: “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “apoio familiar”, “necessidades educacionais especiais”, “parceria escola-família” e “desenvolvimento escolar”. O uso desses descritores permitiu localizar diferentes artigos relacionados ao tema, ampliando o alcance da pesquisa.

Após a seleção, os artigos foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo, o que possibilitou identificar os principais pontos apresentados pelos autores. Dessa forma, foi possível perceber os desafios enfrentados pelas famílias, como dificuldades de comunicação com a escola e limitações financeiras, mas também as estratégias positivas, como o acompanhamento escolar, o estímulo à autonomia e o apoio emocional oferecido às crianças.

Assim, a revisão bibliográfica não apenas descreveu os resultados encontrados nos estudos, mas também comparou semelhanças e diferenças entre eles. O

objetivo foi compreender como a presença da família no processo escolar contribuiu para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais e, ao mesmo tempo, apontar quais aspectos ainda precisavam ser melhor explorados em futuras pesquisas.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Os estudos mostram que a comunicação eficiente e respeitosa entre família e escola é essencial para o sucesso da inclusão, pois garante que as necessidades da criança sejam compreendidas e atendidas de forma conjunta. Além disso, destaca-se a relevância da formação continuada para familiares e professores, permitindo que ambos adquiram conhecimentos atualizados sobre inclusão, estratégias pedagógicas e direitos educacionais. Outro ponto importante é a criação de redes de apoio, envolvendo assistência social, saúde e organizações não governamentais, que fortalecem a integração da família e da escola e contribuem para superar barreiras socioeconômicas e culturais (Ferreira e Lima, 2020).

Um estudo de caso de Nakamura e Souza (2024), realizado em São Paulo com quatro famílias de crianças com deficiência, mostrou que a relação entre família e escola varia bastante e depende da disposição de ambos para dialogar. Sobre a inclusão, as mães perceberam avanços, mas também

dificuldades. As escolas realizaram adaptações pedagógicas, como uso de materiais especiais e apoio de estagiários, mas ainda enfrentam barreiras atitudinais e estruturais, como preconceito, pouco entendimento sobre autismo ou deficiência intelectual e problemas de acessibilidade. Algumas adaptações funcionavam apenas como distração, enquanto outras, de fato, favoreciam a participação escolar.

Na mesma linha, pesquisas de Souza e Benício (2021) reforçam que a família desempenha papel essencial no apoio a estudantes com necessidades especiais. Quando há envolvimento familiar, a inclusão escolar é fortalecida, promovendo autonomia e um ambiente mais acolhedor para o aprendizado. Um estudo de Nascimento (2017) em João Pessoa mostrou que, mesmo diante de professores pouco preparados para lidar com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a participação da família foi decisiva: a presença constante da mãe e o apoio em casa compensaram limitações da escola e favoreceram o aprendizado.

Outro exemplo é a pesquisa de Frazão (2024), realizada em Manaus, que revelou a importância da colaboração dos pais na criação de materiais pedagógicos adaptados, prática que não apenas favoreceu a aprendizagem das crianças com autismo, mas também fortaleceu os vínculos entre escola e família. Contudo, evidenciou-se a dificuldade em orientar famílias com

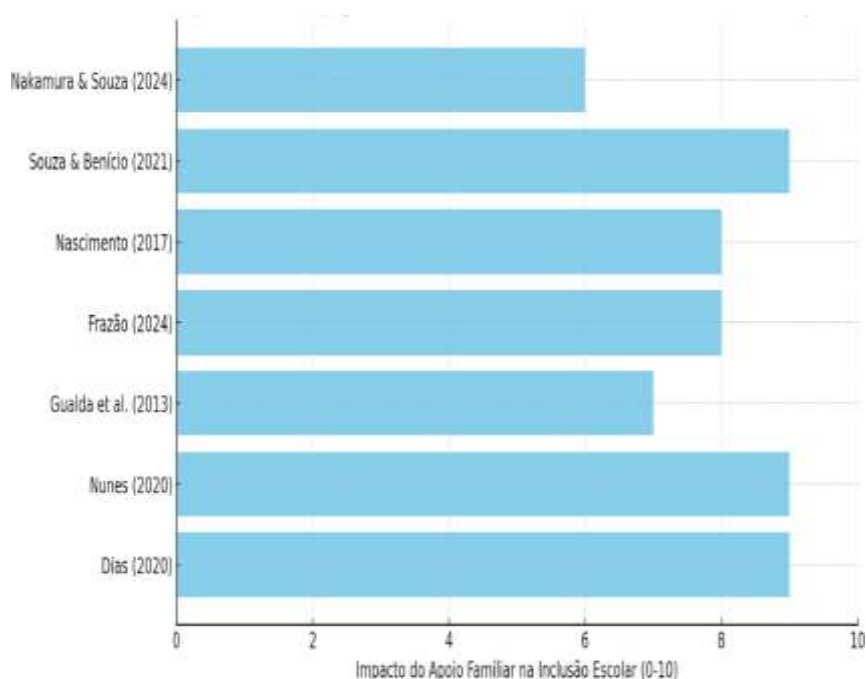
diferentes níveis de escolaridade e pouco conhecimento pedagógico. Já o estudo de Gualda, Danielli e Cia (2013) destacou que, mesmo em ambientes familiares estimuladores, ainda há demandas significativas, como acesso a apoio especializado, informações sobre o futuro escolar e social da criança e suporte financeiro.

Pesquisas em diferentes regiões do Brasil chegam a conclusões semelhantes. Na região agreste de Pernambuco, Nunes (2020) observou que a participação dos pais nas atividades escolares foi decisiva para o avanço dos alunos com deficiência, com destaque para a comunicação constante com a escola. De forma parecida, Dias (2020), em estudo realizado no Amazonas, concluiu que o acompanhamento familiar influenciou diretamente no sucesso escolar, favorecendo

a socialização, autonomia e autocontrole dos alunos, além de reduzir casos de fracasso escolar.

Com base nos resultados analisados, conclui-se que o apoio da família é fundamental para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. A participação dos pais ajuda no aprendizado, no desenvolvimento social e na autoestima das crianças, além de aproximar escola e família. Mesmo com dificuldades como falta de tempo, recursos ou conhecimento, ficou claro que quando a escola e os familiares trabalham juntos, os alunos têm mais chances de aprender, se desenvolver e se sentir incluídos. A seguir está um gráfico (gráfico 1) com a demonstração do nível de impacto comprovado por pesquisas dos autores citados:

Gráfico 1: Impacto da participação familiar na inclusão de alunos com necessidades especiais



Fonte: Autores, 2025.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a família é peça-chave na inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Mais do que acompanhar a frequência ou as notas, o envolvimento dos pais ajuda na socialização, no desenvolvimento de habilidades e na construção de um ambiente escolar mais acolhedor. Quando a família participa ativamente, os estudantes apresentam avanços importantes, mesmo quando a escola encontra dificuldades estruturais ou pedagógicas.

No entanto, também ficou evidente que muitas famílias enfrentam obstáculos para exercer esse papel, como a falta de conhecimento sobre as necessidades dos filhos, limitações financeiras e pouca abertura da escola para incluir os responsáveis nas decisões pedagógicas.

Isso reforça a importância de um diálogo constante entre escola e família, além de políticas educacionais que apoiem ambos os lados.

Portanto, a pesquisa confirma que a inclusão escolar não depende apenas da escola ou apenas da família, mas sim da parceria entre as duas. Quando caminham juntas, é possível oferecer às crianças e adolescentes com necessidades especiais mais oportunidades de aprendizagem, autonomia e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Taiane. et al. O papel da família e do educador na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. ano 06, ed. 09, vol. 05, pp. 150-162. Setembro de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ARAGÃO, Antônio Carlos Luiz. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, Volume 7, p. 218 - 232, 2023. Disponível em: <https://reben.emnuvens.com.br/revista/article/view/146/134>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BALDISSERA, Juliane. Políticas de inclusão escolar na educação básica: metodologias e possibilidades pedagógicas inclusivas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia EAD) — UFRGS, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/256640>. Acesso em: 25 set. 2025.

BARBOSA, V. B.; CARVALHO, M. P. Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais,

2019. Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educativo.pdf>.
Acesso em: 21 mar. 2025.

BEZERRA, Osicleide de Lima; GOMES, Geraldo Alexandre de Oliveira; AMARAL, Ana Paula Taigy do. Desafios para a inclusão e participação da família na escola: uma análise a partir da experiência de extensão universitária em Mamanguape (PB). IIICINTEDI - Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA14_I_D2366_09082018162639.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

BIGARELLA, Nadia; BASSI, Tânia Mara dos Santos. Movimento histórico do direito à educação para as pessoas com deficiência: prescrições das Constituições brasileiras. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 24, n. 2, p. 727–737, abr./jun. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i2.4004>. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação (MEC). Brasília, DF, s/d. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

DIAS, Lindinalva Fontes. O papel da família no processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: estudo de caso na Escola Municipal Deisy Lammel Hendges, Presidente Figueiredo-AM. *Revista Científica de la UAA*, v. 8, n. 1, p. 209-222, 2020. Disponível em:

<https://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/910>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Lei nº 6 a 13.146/2015. ed. 6, jul. 2023.

Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/640295/Estatuto_pessoa_deficiencia_6ed.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

FERREIRA, Aline. Pesquisa do IBGE revela dados sobre inclusão. PROSPED, 9 set. 2021. Disponível em:
<https://prosped.com.br/noticias/pesquisa-do-ibge-revela-dados-sobre-inclusao>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FOUREDUC. 10 estratégias de parcerias inclusivas entre escola, família e comunidade na educação inclusiva. 2024. Disponível em:
<https://foueduc.com/10-estrategias-de-parcerias-inclusivas-entre-escola-familia-e-comunidade-e-na-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRAZÃO, Suzana Paula de Souza. A participação dos pais na construção de materiais didático-pedagógicos de apoio à criança com autismo: estudo de caso na Escola Municipal Lírio do Vale, Manaus/AM – Ano de 2024. *RevistaFT*, v. 28, ed. 136, Manaus, 2024. Disponível em:

<https://revistaft.com.br/a-participacao-dos-pais-na-construcao-de-materiais-didatico-pedagogico-co-de-apoio-a-crianca-com-autismo-estudo-de-caso-na-escola-municipal-lirio-do-vale-manau-s-am-ano-de-2020/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GOMES, Cândida Tatiane de Freitas. A importância da família no processo de inclusão educacional e social. Universidade Federal de Santa Maria, Capão da Canoa, 2010.

Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27325/TCCE_EEDCES_EaD_2010_GOMES_CANDIDA.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 mar. 2025.

GUALDA, Danielli Silva; BORGES, Laura; CIA, Fabiana. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 46, 307-330, maio/ago. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5379/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

LINO, Iven Giovanna Trindade; TESTON, Elen Ferraz; MARCON, Sonia Silva; ANDRADE, Sonia Maria Oliveira de; MARQUES, Fernanda Ribeiro Baptista; NASS, Evelin Matilde Arcain; REIS, Pamela dos; MARCHETI, Maria Angélica. Desafios para o cuidado às famílias de crianças com deficiência na atenção primária à saúde. *Rev Min Enferm*, e-1340, 2020.

Disponível em: 2015.
<https://www.bing.com/ck/a?!&&p=a6401f840744edad7b5e2202c2e51ecbf54fc6b7373c4529c7af78c96993f2bJmltdHM9MTc1ODA2NzIwMA&xptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=0fd1640b-9bfa-623b-25ce-72619a9d6388&xpsq=DESAFIOS+PARA+O+CUIDADO+%c3%80S+FAM%c3%8dLIAS+DE+CRIAN%c3%87AS+COM+DEFICI%c3%8aNCIA+NA+ATEN%c3%87O+PRIM%c3%81RIA+%c3%80+SA%c3%9aDE&u=a1aHR0cHM6Ly9wZXJpb2RpY29zLnVmcGUuYnIvcmlV2aXN0YXJvcmV2aXN0YWVuZmVybWFnZW0vYXJ0aWNsZS9kb3dubG9hZC8xMTYzMy8xMzcwNA>
Acesso em: 17 set. 2025.

MARQUET, M. G.; SILVA, C. M. da; BAPTISTA, C. R. Políticas de inclusão escolar: Quais direcionamentos para o apoio pedagógico no contexto brasileiro?. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1577–1595, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i3.15835 . Acesso em: 25 set. 2025.

MATURANA, A. P. P.; CIA, F. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 349-358, maio/ago.

Disponível em: 2015.
<https://www.scielo.br/j/pee/a/Kv8qmQtcMYPQ7DpLq9Dcxnc/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 19 mar. 2025.

NAKAMURA, Bianca Miyuki; SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes de. Experiências de familiares de crianças com deficiência no processo de inclusão escolar na rede pública regular de ensino: um estudo de caso. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 32(spe1), e3791, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/SSqSxX3YtqVQbyc6C4yJzjw/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

NASCIMENTO, Thamires Thayane Costa do. *A inclusão escolar de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA): um estudo de caso*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3522>. Acesso em: 26 ago. 2025.

NUNES, Emanuelle Sabrina Da Silva. Educação inclusiva: a família no processo escolar do aluno com deficiência um estudo de caso no interior de pernambuco. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/>

visualizar/68440. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, Andréia Cosme de. O papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista. Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf. 17 mar. 2025.

PERES, Leila Suely Veloso; FALABELO, Raimundo Nonato de Oliveira. Implantação da educação inclusiva na rede municipal de ensino de Tucuruí/PA: políticas, práticas e desafios. Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.18, n.2, p. 01-26, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.2-340. Acesso em: 03 out. 2025.

PEREIRA, Maria do Carmo. Educação inclusiva: desafios e perspectivas. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1223/1/TCC%20Finalizado%20Maria%20do%20Carmo.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PINZETTA, Priscilla; FERREIRA, Natasha Lima Medeiros; FERREIRA, Rafael Lima Medeiros; GIMENEZ, Roberto. Construindo uma escola para todos: o papel da gestão democrática na inclusão escolar.. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 6, n. 2, p. 01–18, 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i1.660. Acesso em: 25 set. 2025.

RBEB – Revista Brasileira de Educação Básica. Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. 2017. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/2017/02/13/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema-educacional/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, C. M. de M.; COOPER, I. S.. Relação família-escola e seus impactos no desenvolvimento e na aprendizagem: uma análise a partir da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. Revista FT, v. 29, n. 140, nov. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/relacao-familia-escola-e-seus-impactos-no-desenvolvimento-e-na-aprendizagem-uma-analise-a-partir-da-teoria-bioecologica-de-urie-bronfenbrenner/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, Doraci Felício Silvano dos; SANTOS, Douglas. Inclusão e Integração: uma perspectiva sobre conceitos estudados durante a graduação. Revista Observatório Científico, v. 1, n. 52, ISSN 2676-0487, 2024. DOI:10.13140/RG.2.2.13203.90404. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTOS, Karoline Santana; SILVA, Ednizio Domingos da; SOUZA, Cidiany de. Eixo 2 - Educação inclusiva e educação especial. Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Anais, v. 15, n. 2, set. 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.29380/2021.15.02.20>.

Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, A. S. D. da.; ALMEIDA, E. E. L. de. Educação especial e inclusiva: o papel da família no processo de escolarização da pessoa com deficiência. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em:<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/783/Educa%20a7%20especial%20e%20inclusiva%20-%20o%20papel%20da%20fam%20adlia%20o%20processo%20de%20escolariza%20a7%20a3o%20da%20pessoa%20com%20defici%20ancia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, Claudia Maria Bezerra da. Família - escola: uma parceria necessária no processo de inclusão. Congresso Internacional de educação inclusiva, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD4_SA6_ID1667_31082016111254.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

SILVA, Regiane Messias da. A importância do papel da família na educação especial: colaboração e parceria com a escola. Revista Mais Educação, v. 7, n. 5, p. 307-317, jul.

2024.

Disponível

em:<https://www.revistamaiseducacao.com/artigosv7-n5-julho-2024/25>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, T. T. de.; BENÍCIO, B. R. O papel da família na educação inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Instituto Federal Goiano, Campus Avançado de Hidrolândia, Polo Aparecida de Goiânia, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2969/1/tcc_Thais%20Teixeira%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOUZA, Thaís Teixeira de; BENÍCIO, Edgard Ricardo. O papel da família na educação inclusiva. Instituto Federal Goiano - TCC. 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2969/1/tcc_Thais%20Teixeira%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

TALAU, D. M. M.; FEITOSA, E. C.; SANTOS, H. T. B. V.; SOUZA, G. O.; SANTOS, I. G. F.; PEIXOTO, R. C.; SANTOS, Z. P.; PERSCH, H. C. A. Educação Inclusiva e a participação dos pais na aprendizagem dos alunos com deficiência. Rev Cient da Fac Educ e Meio Ambiente: Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, Ariquemes, v.12, n.2 , p. 1-12, 202. DOI: <http://dx.doi.org/10.31072>. ISSN: 2179-4200. Acesso em: 03. out. 2025.